

# Deambular enquanto abordagem crítico-propositiva

Stroll as a critical and propositional approach

Bianca Feijão de Meneses, Daniel Ribeiro Cardoso, Bruno Melo Braga\*

## Resumo

Pensar o espaço enquanto campo de manifestação de diferentes agentes implica em considerar que, na sua dinâmica produção, há sujeitos de maior e de menor lugar de fala, que se manifestam por macro e micronarrativas, em momentos segregadas e, em outros, superpostas, interligadas, em diálogo. O arquiteto é, então, apenas um desses agentes. Ao longo dessa investigação, as ocupações urbanas apresentam-se enquanto importante momento de diálogo desses diferentes sujeitos, significando uma importante resistência que tensiona a cidade capitalista e suas políticas neoliberais. Compreendidas enquanto limiar, as ocupações sustentam uma interpretação na qual, por um lado, são inseguras e vulneráveis e, por outro, constituem-se potentes espaços abertos à criação. Na tensão que se inicia no seu exercício de afirmação na cidade, reconhece-se uma importante resistência, da qual muitos ensinamentos podem nutrir e potencializar o exercício crítico-propositivo do arquiteto e urbanista. Explora-se o exercício de aproximações em duas ocupações em Fortaleza, e de que modo o ir e vir entre teoria, projeto e diálogo gerou importantes aprendizados relativos à cidade. Por fim, pretende-se propor uma transição da arquitetura e do urbanismo enquanto fim para que sejam compreendidos enquanto meio: sejam meio para construção de um processo propositivo aberto; ou sejam meio gerador de discursos e de diálogo entre as diferentes narrativas.

**Palavras-chave:** Deambulação; narrativas; ocupação

## Abstract

Thinking space as a manifestation field of different agents implies to consider that, in its dynamic production, there are individuals that own greater or smaller speech power, which are manifested through macro and micro narratives, sometimes segregated, and in other times overlapped, connected, in dialogue. The architect is, therefore, only one of these agents. Over this investigation, the urban settlements are presented as a relevant dialogue moment of these different individuals, meaning an important resistance that tenses the capitalist city and its neoliberal policies. Comprehended as a threshold, the settlements support an interpretation according to which they are, on one side, insecure and vulnerable and, on another, they represent powerful spaces open to the creation. In this tension that begins from its assertion exercise in the city, it is possible to recognize an important resistance, from which several lessons can feed, as they potencialize both the critical and propositional exercise made by the architect and urbanist. The approximation exercise is explored in two settlements in Fortaleza, and it is also investigated how the come and go among theory, practice and dialogue resulted in important lessons related to the city. Thus, we intend to propose a transition from architecture and urbanism as an end, so that they can be understood as a way: being a way to the construction of an open design process; or being a way to enable discourses and dialogues among different narratives.

**Keywords:** Wandering; narratives; settlement



## 1. Preâmbulo

A investigação que se desenrola no presente artigo teve sua origem em 2018, com o desenvolvimento do trabalho intitulado 'Arquitetura em processo: por uma abordagem possível'.<sup>[1]</sup> Esse trabalho teve três bases importantes em sua construção: o aprofundamento teórico, o exercício projetual e o diálogo com diferentes agentes. Da última base, parte significativa foi desenvolvida em colaboração com duas ocupações de Fortaleza, alimentando e potencializando a proposta arquitetônica fruto do trabalho, e extrapolando essa esfera: o amadurecimento das reflexões permitiram reparar que as ocupações têm convergências em muitos aspectos, ainda que haja diversas singularidades, e nos falamos muito sobre a cidade.

Da experiência do trabalho de curso decorrem três pensamentos que permeiam este artigo. O primeiro pensamento é de que o espaço é composto por narrativas e, à sua maneira, nos fala sobre a cidade. O segundo é que as narrativas representam quem vive na cidade: existem, por um lado, macronarrativas, mais poderosas, mas que representam uma minoria. As macronarrativas se manifestam enquanto grandes empreendimentos, exemplificados por operações urbanas, projetos e planos neoliberais. Por outro lado, ainda que por vezes silenciadas, resistem as micronarrativas, dizeres outros, singulares e pincelados por toda a cidade por meio de ocupações, favelas, autoconstruções, loteamentos informais e tantas outras falas. As diferentes narrativas manifestam-se na cidade não apenas isoladas, mas também por diferentes interações.

A estruturação dos dois primeiros pensamentos nos permite estabelecer o terceiro e último: a dupla interpretação que pode gerar a investigação dessas narrativas. A primeira delas é que o espaço consiste em um reflexo edificado da desigualdade social que vivenciamos. Isso se materializa, pois, reconhecendo que há macronarrativas e micronarrativas, reconhecemos também que há sujeitos detentores de maior lugar de fala, enquanto outros precisam resistir mais fortemente às tentativas de calá-los. No entanto, não é essa interpretação que nos interessa: se por um lado é reflexo da desigualdade, por outro consiste em espaço potente e aberto à criação. Buscamos, então, abrir espaço para dizeres outros e entender de que modo eles nos orientam, em sua existência e em suas possíveis interações, para uma abordagem crítico-propositiva direcionada a uma cidade menos desigual. Assim, é de extrema relevância ressaltar que, como arquitetos e urbanistas inseridos nessa dinâmica, somos também sujeitos de fala, parciais e detentores do poder que a formação técnica nos proporciona. O exercício de compreender os outros sujeitos de fala não significa um reposicionamento nosso para nos encaixar em realidades e perspectivas alheias, isto porque a nossa própria condição impediria qualquer reposicionamento imparcial; a nossa abordagem aqui se dá ao tentar compreender suas vivências por

1. Trabalho de curso (TC) desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), durante o ano de 2018, sob orientação de Daniel Ribeiro Cardoso e coorientação de Bruno Melo Braga.

meio de aproximações.

A presente investigação se desenvolve enquanto caminhada, ato contínuo que permite paradas para reflexão, mas que segue. O início dessa caminhada se dá na definição de uma direção, que se delinea ao aprofundar o **espaço e as narrativas**. Inferindo sobre nosso destino, é necessário saber também de onde partimos, que ocorre por meio da contextualização dos **cenários**. Aí então torna-se possível a **deambulação** – o caminhar em si – em que se investigam as ocupações, buscando compreender o que elas nos falam. A **pausa**, momento de reflexão final deste artigo, não intenta chegar em conclusões definitivas, mas em reflexões possíveis a serem continuadas por caminhadas futuras.

## 2. O espaço e as narrativas

Não existe atividade humana, histórica ou mítica, que dispense referência a um lugar real ou imaginário que lhe sirva de cenário. Nas cidades, o tempo vira uma espécie de espaço, mas cada espaço fala de muitos tempos para leitores distintos. (SANTOS, 1988, P. 24)

Talvez seja o espaço, na ampla compreensão que lhe cabe, o principal campo de trabalho para o arquiteto e urbanista. E esse mesmo espaço, em toda sua compreensão, é também campo de manifestação das pessoas em suas mais diversas formas. Assim, a sua própria maneira, o espaço revela muito sobre a cidade em suas mais diversas manifestações.

Parte-se aqui da ideia de que o espaço abriga múltiplas singularidades, menores manifestações que, em conjunto, compõem sua imagem homogênea e genérica. Essas manifestações, ou narrativas, podem se dar por gestos, usos, hábitos, sendo uma de suas materializações o espaço construído, a sua transformação através do trabalho humano, independente de escala, função ou projeto (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008).

Contudo, a percepção total do espaço é descolada da realidade à medida em que desconsidera as narrativas em suas individualidades. A essa percepção inicial, uniforme e genérica, dá-se o nome de espaço de informação. Assim, é necessário evoluir deste estágio, superando sua totalidade e fragmentando-o em menores partes, de modo a compreender onde sua informação se concretiza, aprofundar as diferentes manifestações ao investigar seus signos: usos e hábitos. Desse modo, é possível deslocar-se do espaço de informação para o lugar informado, onde se pode apreender as informações que ele abriga (FERRARA, 1993).

Resgatando o pensamento de Santos (1988) acerca dos diversos leitores aos quais o espaço fala, e vinculando à cidade capitalista em que estamos inseridos, compreende-se que, dentre as diferentes falas do espaço, algumas detêm mais poder do que outras. Então, se existe uma narrativa hegemônica, existem também narrativas outras: práticas cotidianas, movimentos, pequenas falas que testam e resistem às macronarrativas.

Essa separação em macro e micronarrativas pode porventura conduzir à impressão de dois campos completamente segregados, o que não seria completamente verdade. Dentre as diferentes apropriações do espaço, as necessidades humanas de sobrevivência potencializam criações e testam, cotidianamente, a disciplina, resultando em uma dinâmica complexa onde as diferentes narrativas, macro e micro, relacionam-se das mais diversas maneiras. E se o espaço é um campo de manifestações das narrativas, a cidade constitui-se então, um campo paradoxal e conflituoso, que comporta, simultaneamente: “máquina automática e impiedosa de modernidade; suporte de possíveis liberações” (SANTOS, 1988).

Interessa-nos aqui compreender que apropriações se fazem na interação entre as diferentes falas. O estudo das *liminaridades*, como se vê em Rosa et al. (2017), aponta justamente para o encontro entre os diferentes sujeitos de fala e as possibilidades resultantes deste encontro. Para os autores, os limiares são, então, menos relativos à segregação e mais à superposição, à interligação e ao diálogo destes sujeitos.

O limiar, quando compreendido como zona de transição entre as narrativas, traz em si um caráter ambíguo e uma dimensão processual que se dá pelo caráter de transformação dessa zona. Esses aspectos provêm ao limiar duas possibilidades: por um lado, ele carrega em si a dimensão do inseguro, do arriscado, que se daria na ausência de direitos, na invisibilidade, na vulnerabilidade. Por outro lado, reside no limiar a potência da criação, de onde novas linguagens e configurações podem surgir. Percebe-se então um limiar como uma zona ambígua, em que cabe, simultaneamente, “a potência da mudança, da transição, da passagem, quanto seu próprio obstáculo” (ROSA et al., 2017, p. 353).

Retomando o papel do sujeito arquiteto e urbanista, que também perpassa por esse campo em maior ou menor grau, deve-se considerar o projeto como um importante elemento que compõe essa dinâmica, não em representatividade[2], mas em potencial. Interessa discutir quais as possibilidades para o projeto quando elaborado em colaboração com outros sujeitos de fala, de onde podem surgir práticas alternativas. E, para tanto, “o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como um objeto de investigação e reflexão.” (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008, p. 24).

2. Segundo a pesquisa CAU/BR Datafolha, realizada em 2015, menos de 15% das construções ou reformas em todo o país se dão com a participação de arquiteto e/ou engenheiro.

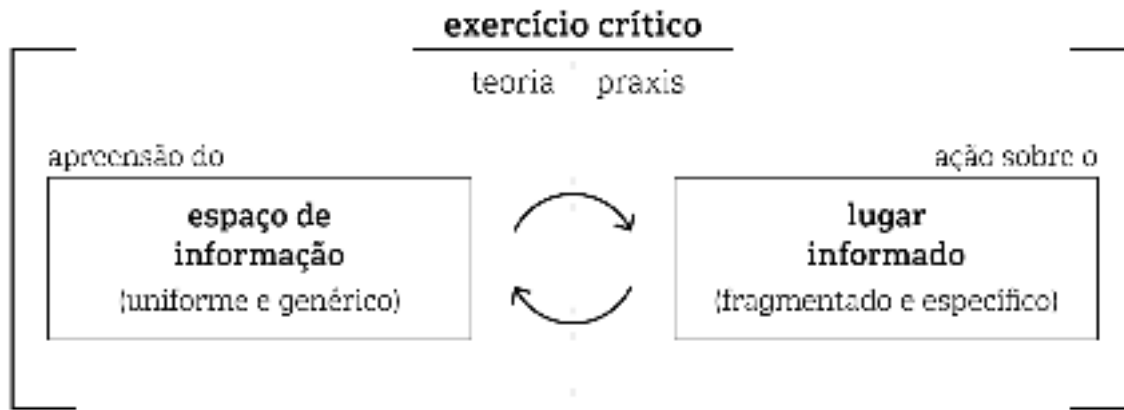
Essa lógica excludente tem relação próxima com o processo de projeto tradicional. Reyes (2015), ao criticar a síntese reducionista desse processo, reforça esse raciocínio e põe lado a lado projeto e território, de modo que para uma abordagem propositiva é necessário primeiro compreender o território, que se inicia ao reconhecer seus conflitos:

Essa compreensão do território como conflito não se apresenta de maneira clara nos processos tradicionais de projeto. Pela visão de projeto como resolução de problema, muitas vezes o conflito vai sendo mascarado na tentativa de encaminhar para uma solução. Antes de avançarmos para uma leitura do projeto é preciso compreender a natureza do território. (REYES, 2015, p. 27)

Desse modo, o exercício de aprofundar as narrativas do espaço é pertinente ao se contrapor à postura tradicional generalista e a síntese reducionista da qual se utiliza. Lucrécia Ferrara, ainda que se referindo à metodologia de produção científica, pode ter seu posicionamento interpretado também na prática projetual, quando aborda a contextualização enquanto estratégia metodológica. Para ela, a contextualização corrige um dado global à luz da percepção menos geral do espaço, contudo mais concreta. Busca-se, desse modo, não comprovar o dado geral, mas testá-lo e corrigi-lo (FERRARA, 1993). Assim, ao processo de projeto cabe a constante troca entre processo tradicional e contextos específicos, alimentando uma troca constante, em que se pode retomar e rever linguagens (SANTOS, 1988), inserindo o projeto em um processo contínuo de teste e aperfeiçoamento.

Entende-se, portanto, que cabe na atuação do arquiteto e urbanista um constante diálogo entre teoria e prática, entre apreensão do espaço e ação sobre ele. Esse pensamento encontra consonância no exercício crítico proposto por Kapp, Baltazar dos Santos e Morado (2008). Segundo as autoras, esse exercício tende a ser mais teórico quando trata de uma abordagem mais geral, deslocando-se para um teor mais prático ao abordar situações mais específicas. Vale destacar que essa troca entre teoria e praxis do exercício proposto não intenta gerar regras universais; ele possui, em sua essência, um teor crítico. O quadro a seguir busca exemplificar justamente as trocas proporcionadas pelo exercício crítico, em que se busca reduzir a divisão entre teoria e prática, incorporando também os conceitos de espaço de informação e de lugar informado (FERRARA, 1993).

No contexto do trabalho de curso, o direcionamento ao exercício crítico se deu por meio das trocas entre três bases: teoria, projeto e diálogo. Assim, se a teoria a priori se debruçou sobre o espaço de informação, por meio do projeto foi possível voltar-se ao lugar informado. E nesse



lugar informado, que se materializou em duas ocupações em Fortaleza, o diálogo com outros sujeitos consistiu em uma das maiores contribuições do exercício, cujas reflexões são relatadas a seguir.

### 3. Cenários

Durante o ano de 2018, entre os meses de julho e dezembro, foram feitas visitas a duas ocupações em Fortaleza, com o objetivo de elaborar projetos de moradia junto às famílias: a Ocupação Raízes da Praia, no bairro Vicente Pinzón, e uma breve ocupação em uma escola abandonada do Centro da cidade, chamada aqui de Ocupação do Centro[3]. As duas ocupações são apresentadas no mapa 01, a seguir:



**Quadro 01:** síntese das trocas do exercício crítico. Fonte: Elaborado pelos autores com base em KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008; FERRARA, 1993.

**Mapa 01:** Ocupações acompanhadas durante o TC. Fonte: MENESES, 2018.

3. Compreendendo que os nomes das Ocupações têm forte vínculo com os moradores e os movimentos sociais aos quais se vinculam, optamos por utilizar essa nomenclatura (ainda que genérica) mais para identificação do que, de fato, para atribuir um nome à ocupação.

**Figura 01:** Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

4. Estas informações foram obtidas em diálogos com os moradores da Raízes da Praia, bem como em eventos de movimentos vinculados à ocupação.

A Ocupação Raízes da Praia (figura 01) teve sua origem na madrugada do dia 3 de julho de 2009, sob organização do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), com a ocupação de um conjunto de lotes vazios, no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza, por aproximadamente 80 famílias. Aquele momento se constituiu um marco simbólico, quando a ocupação fincou raízes em forma de resistência e por um objetivo maior: a conquista do direito à terra e à moradia (MENESES et al., 2016).



Durante os últimos dez anos, as famílias passaram tanto por destruição de suas estruturas e intimidação por milícias armadas, quanto por diversas propostas de moradia, feitas por órgãos públicos e por construtoras. Entre essas propostas, destaca-se, em 2010, a de inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) feita pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), que foi recusada pelos moradores, frente ao receio de instabilidade do processo, que poderia culminar na perda daquele terreno e sua posterior reincorporação ao mercado imobiliário. Novamente, em 2014, foi feita uma proposta de inclusão no mesmo programa, dessa vez na modalidade Entidades, que também foi recusada[4].

Assim, a comunidade tem mantido sua postura e persistido no terreno que, além da boa localização, dispõe de fácil acesso a comércios e serviços, bem como ao transporte público. Isso não significa, no entanto, condições adequadas de moradia: a falta de saneamento gerou um acúmulo de efluentes em um trecho de cota mais baixa do terreno, propiciando o surgimento de doenças que afetam cotidianamente os moradores. Há também reclamações de mau condicionamento ambiental no interior das casas. A recusa das

propostas de moradia aparenta significar, portanto, muito mais o interesse em uma alternativa que garanta a permanência da comunidade naquele terreno do que uma satisfação com as condições das quais dispõem atualmente.

Além disso, a noção que as famílias possuem da importância do terreno onde estão repercutiu em um feito importante: a ocupação Raízes da Praia foi responsável pela entrada do processo de usucapião coletivo do terreno, ainda em curso. Assim, contando com uma parcela dos terrenos desapropriada, busca-se a incorporação de outra parcela, uma solução ao entrave do terreno e uma perspectiva mais otimista para propostas habitacionais futuras.

A outra ocupação onde uma aproximação foi possível, a Ocupação do Centro, existiu por um recorte temporal muito mais reduzido, tendo sua estruturação iniciada ao longo do segundo semestre de 2018 e encerrada em maio de 2019, com a transferência das famílias para outra edificação[5]. Diferente da Raízes da Praia, essa se deu em um edifício abandonado no centro de Fortaleza, a antiga escola Jesus Maria e José (figura 02).



Há traços de abandono por todos os lados do prédio ocupado, seja nas paredes envelhecidas, no forro a cair, em algumas cobertas que desabaram, ainda que se trate de um edifício tombado[6]. Ainda assim, algumas ocupações já passaram por ali, por se constituir uma alternativa que atenda a necessidade de um lugar provisório para morar.

Visita após visita, foi possível perceber que não havia lugar fixo para as

**Figura 02:** Escola Jesus Maria José, onde ficou a ocupação do centro. Fonte: acervo dos autores.

5. Informação obtida através de registros em redes sociais.

6. Segundo Decreto Municipal 12.303, de 05 de dezembro de 2007

famílias, que mudavam a depender da relação com os outros ocupantes ou com o estado dos cômodos (principalmente quando havia chuvas). Além disso, o pouco tempo de relação entre eles não permitia a mesma coesão percebida entre os moradores da Raízes da Praia, de modo que a instabilidade era um caráter mais sentido durante as visitas.

Ainda com toda a indefinição que permeava aquele contexto, a ocupação de um prédio tombado justamente no Centro da cidade atraiu uma visibilidade significativa em pouco tempo, com propostas e negociações por parte da prefeitura junto às famílias. Reitera, ainda, a localização como um fator prioritário na moradia, contrapondo-se, até certo ponto, às distantes unidades dos programas habitacionais.

A motivação primeira das visitas era de trabalhar em conjunto com os moradores dessas ocupações, explorando processos abertos o suficiente para receber contribuições nossas e deles, resultando em um projeto arquitetônico que atendesse às suas demandas por moradia. Talvez o amadurecimento das reflexões daquele período permita a percepção, hoje, de que a maior contribuição não seja exatamente a resposta arquitetônica, mas todos os relatos e práticas que a alimentaram, e podem alimentar outras possíveis respostas.

#### 4. Deambulação

A palavra deambulação significa ato ou efeito de caminhar, passear. A escolha por essa palavra para nomear as visitas se deu por sua forte relação com as aproximações feitas durante o trabalho de curso e busca justamente referir-se à caminhada, à postura ativa de estar presente e percorrer o espaço urbano, enquanto maneira de compreender de que modo ele nos orienta. A referência à caminhada se dá também no sentido de que, no seu processo, possa haver pausas para observar e refletir, para então seguir.

Embora de modo não intencional, a opção pelo termo deambulação para designar o ato de inserir-se na cidade e aprender suas lições pode sugerir referência direta à Internacional Situacionista (IS) em alguns aspectos, ainda mais considerando as diversas convergências, como a compreensão do espaço como campo de ações e o vínculo que se cria com habitantes construtores (não-espectadores), que seriam reais *vivenciadores* do espaço urbano (JACQUES, 2003). No entanto, e por este motivo talvez ganhe sentido esta menção à IS, o que nos diferencia nesta investigação é que as reflexões receberam grande contribuição dos projetos desenvolvidos em paralelo, aproximando a relação entre teoria e prática.

Para além de projeto, a potência da deambulação residiu principalmente nas aproximações. Nesses momentos, as ocupações foram interpretadas como momentos de encontro entre os diferentes

sujeitos de fala, cada uma à sua maneira. Elas seriam, então, materialização do limiar, sobreposição de barracos improvisados no parcelamento formal do solo; adaptação de salas de aulas da escola abandonada em abrigo informal; convergência entre ocupantes, sujeitos políticos e técnicos; oportunidade de um diálogo potente.

Enquanto limiar, há também uma dupla interpretação acerca desses espaços: são, inicialmente, uma construção cotidiana da cidade, contra-hegemônica, sem espetacularização, "resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais" (BRANDÃO LOPES, 2016, p.31); por outro lado, são também alvos de múltiplas violências, as quais não podem ser ignoradas em detrimento de uma romantização do seu modo de construção. Na prática, a vivência das ocupações se trata muito mais de necessidade do que de escolha (ROSA et al., 2017; KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008).

Não se busca aqui romantizar esses espaços, mas compreender o que eles nos ensinam, partindo da "[...] compreensão das "racionalidades alternativas" e à partilha de saberes e produção conjunta de conhecimento com aqueles que as habitam e as produzem cotidianamente" (ROSA et al., 2017, p. 358). Tira-se do arquiteto uma qualquer centralidade que possa existir pelo conhecimento que detém, resignificando diferentes saberes – o técnico e o não-técnico, sem que haja certo e errado, melhor e pior; assim, é possível o seu entrelaçamento para promover práticas sociais libertadoras (SANTOS, 2009).

A inserção dessas aproximações no exercício crítico desenvolvido ao longo do TFG fez do projeto, ao mesmo tempo, risco e limite: nos punha para fora da zona de conforto por exigir não apenas o pensamento crítico, mas a elaboração de alternativas projetuais pertinentes, além da busca pela estruturação de interfaces (figuras 03 e 04) que possibilitassem um maior diálogo entre assessores e assessorados (BALTAZAR; KAPP, 2016). Ainda assim, não há a pretensão de se estruturar um manual ou um método a partir dos projetos desenvolvidos; consistiu, sobretudo, em uma experiência de teor crítico.

Os paralelos apresentados a seguir são aprendizados resultantes desse exercício:

#### Vazios

O primeiro paralelo traçado entre as duas ocupações é o da inserção em contexto de vazios. A ocupação Raízes da Praia situa-se na orla de Fortaleza, porém em um trecho onde a verticalização e a presença de condomínios de alto padrão ainda é pouco percebida. Há também uma enorme quantidade de terrenos vazios naquele contexto, não tão vista

**Figura 03:** Oficina com maquetes na Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

**Figura 04:** Compartilhamento das fotografias tiradas durante as oficinas do centro. Fonte: MENESES, 2018.



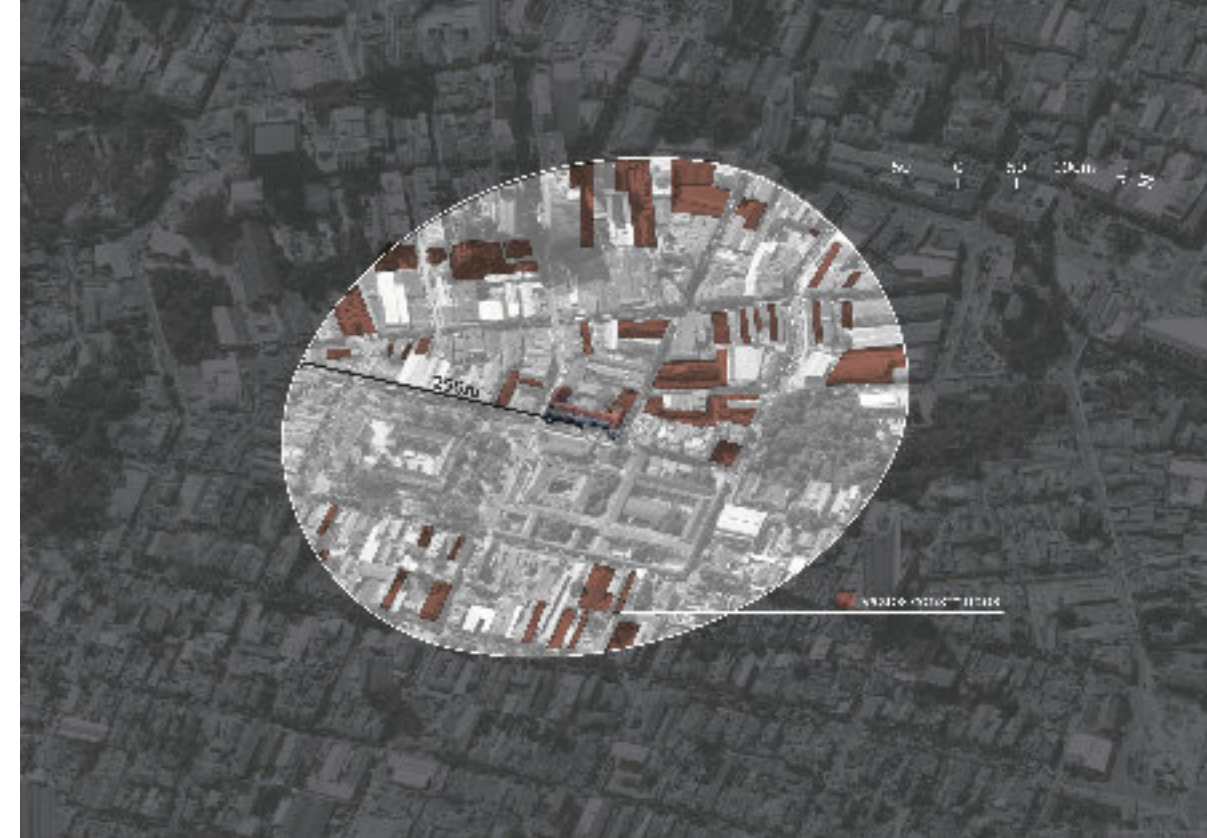
na escala do caminhar, sobretudo devido aos muros, mas consideravelmente evidenciada quando vista de cima (figura 05). Esses mesmos muros não apenas escondem terrenos subutilizados, mas demarcam posses e reforçam o poder dos proprietários dos “vazios vigiados” (MENESES et al., 2016). Assim, o aguardo da valorização imobiliária mantém aqueles terrenos ociosos. Ainda assim, trata-se de uma área bem abastecida de serviços básicos, aproximando uma perspectiva de valorização futura daquela região.

**Figura 05:** Ocupação Raízes da Praia e os vazios vigiados em um raio de 250m. Fonte: elaborada pelos autores com base em Google, 2015.



Por outro lado, ainda que em um contexto densamente edificado, a Ocupação do Centro encontrava-se em um dos tantos imóveis abandonados do centro da Cidade. O núcleo de onde se desenvolveu a cidade, ainda que se constitua em uma das regiões melhor providas de infraestrutura em Fortaleza e um dos maiores núcleos de empregos, enfrenta o mesmo processo de surgimento de novas centralidades sentido em outras grandes cidades brasileiras, resultando em um processo de esvaziamento do centro e uma significativa quantidade de edificações subutilizadas ou completamente desocupadas: os vazios construídos, como apresenta a figura 06:

**Figura 06:** Escola Jesus Maria e José e os vazios construídos em um raio de 250m. Fonte: elaborada pelos autores com base em Google, 2015; RODRIGUES, 2013.



No contexto de vazios, portanto, as duas ocupações denunciam a existência de territórios de disputa, porém onde a demanda habitacional poderia ser resolvida sem necessariamente implicar no distanciamento das famílias, como usualmente se percebe nos programas habitacionais de interesse social.

### Apropriações

Na Raízes da Praia, a ocupação do terreno ocioso trouxe consigo a demanda por uma construção que abrigasse todas as famílias. Pouco a pouco, a estrutura que era coletiva deu lugar a construções individuais, a priori de caráter mais provisório, substituídas por madeira, e então alvenaria (figura 07). Hoje é possível observar edificações de diferentes materialidades, contudo, o caráter permanente dessas tem se tornado cada vez mais evidente, pelo aumento das casas em alvenaria.



**Figura 07:** Casas da ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

**Figura 08:** Adaptação das salas de aula na Escola Jesus Maria José. Fonte: MENESES, 2018.

No caso da Ocupação do Centro, que se apropriou de uma estrutura existente, a necessidade das famílias se deu mais no sentido de adaptar a construção às suas demandas, fossem espaços individuais (onde moravam as famílias) ou coletivos (espaço para cozinhar, por exemplo), exemplificados pela figura 08. Nesse caso, as salas de aula da escola deram lugar a cômodos que abrigavam as famílias, cuja



apropriação se deu de modo mais provisório, com divisórias de papelão ou com lençóis, e disposição de mobiliário.

**Figura 09:** Intervenção artística “Direito à moradia”, realizada durante a ocupação Gregório Bezerra, no mesmo edifício. Fonte: MENESES, 2018.

O que se percebe é que a apropriação do espaço se dá enquanto resposta direta aos contextos de vazios onde estão as ocupações estudadas, uma adaptação do espaço que existe à disposição, seja construindo estruturas (onde essas ainda não existem) ou adaptá-las e prover novos usos a estruturas ociosas.

### Resistências

Assim como visto em relação aos vazios e às apropriações, no caso das resistências há também manifestações distintas em cada ocupação, sendo uma pela permanência, outra pela alternância.

A Ocupação Raízes da Praia comemorou, em julho deste ano, 10 anos desde que chegou no terreno. Tanto o tempo percorrido quanto o processo de usucapião coletivo em curso reafirmam aquele terreno como conquista da permanência das famílias.

A Ocupação do Centro, ao contrário, compõe uma sequência de ocupações que passaram pela Escola Jesus Maria José. Assim, através



da alternância é fortalecida a percepção daquele prédio enquanto estrutura de apoio provisória para famílias sem moradia.

Seja pela permanência ou pela alternância, ambas as ocupações consolidam aqueles espaços enquanto limiares, em que formal e informal não só se sobrepõem e se interligam, mas também dialogam. Não apenas limiares, aqueles espaços se destacam enquanto resistência na cidade capitalista, tensionando a sua dinâmica e denunciando demandas por habitação que ela não foi capaz de suprir.



Os paralelos traçados até então nos permitem inferir que, em suas singularidades, as ocupações estudadas apresentam relativas complementaridades, e nos trazem importantes aprendizados sobre nossa prática e sobre a cidade. É interessante perceber que a própria vivência materializada no espaço nos orienta e dá respostas para as demandas que enfrentamos. Talvez toda a inadequação que se percebe nas políticas públicas, e mesmo na nossa prática como todo, tenha forte base em um descolamento da cidade, seus conflitos e seus espaços reais.

O quadro a seguir sintetiza os paralelos percebidos entre as ocupações:

	ocupação raízes da praia	ocupação do centro
vazios	vazios vigiados	vazios construídos
apropriações	construção de novas estruturas	adaptação de estruturas existentes
resistências	pela permanência	pela altertância

### Trocas

O último aprendizado abordado não está vinculado diretamente à lógica dos paralelos, contudo foi onde as reflexões exploradas aqui tiveram origem. As trocas referem-se ao processo de construção do projeto em si, para além da análise da atual situação das ocupações, e de que modo as considerações de seus moradores foram incorporadas.

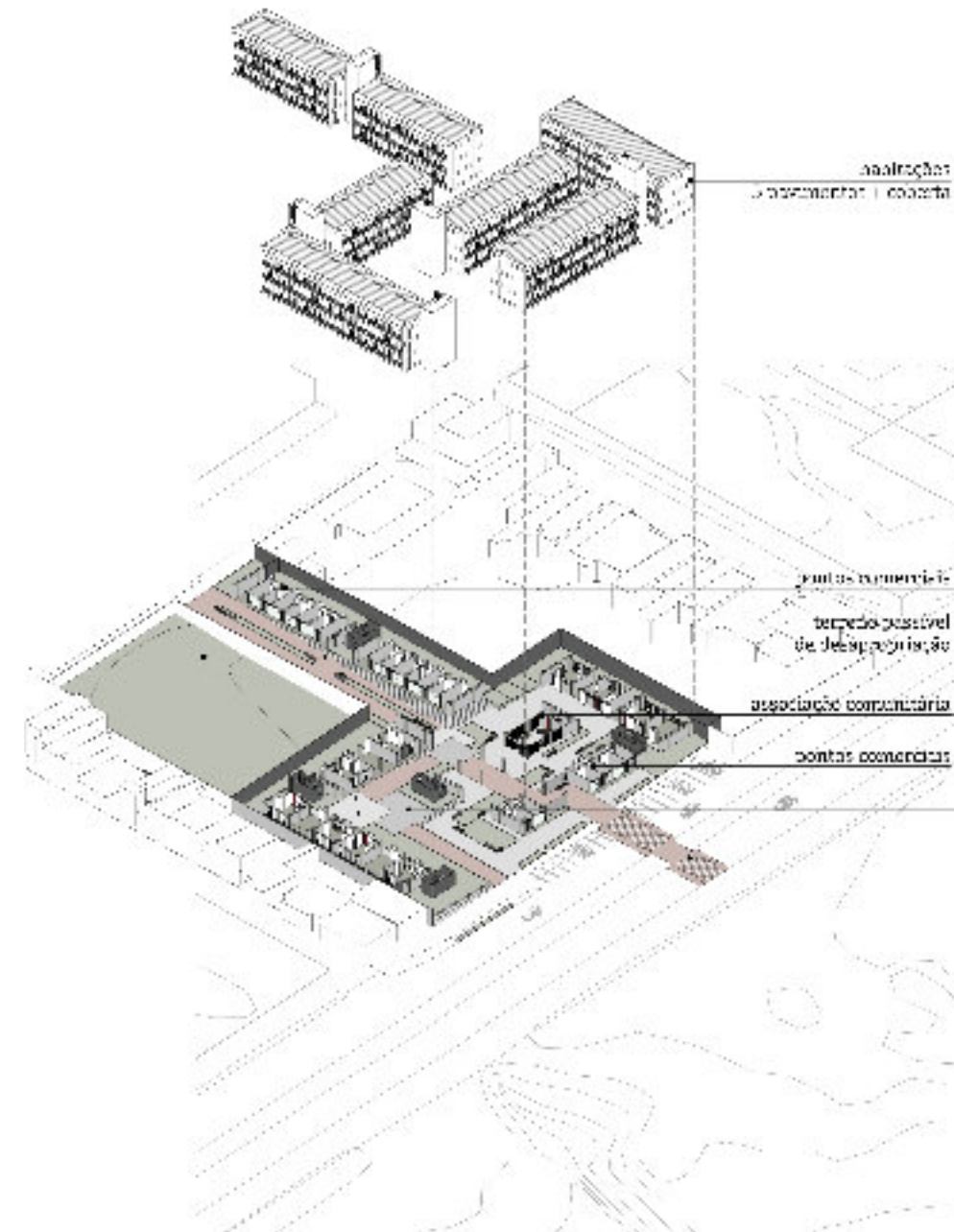
O primeiro projeto a tomar forma foi o da Raízes da Praia, tanto pela facilidade de contato (com o auxílio do arqPET[7] que a acompanha desde 2015), quanto pela maior mobilização na realização das oficinas. O objetivo inicial era elaborar uma proposta para o terreno onde eles estão, partindo de um módulo estrutural definido, a ser articulado e combinado em edifícios de até quatro pavimentos. Antes das oficinas, algumas informações foram levantadas, como o número de famílias, seus integrantes e o levantamento do terreno. Assim, alguns anseios se delinearam: contávamos com alguns cálculos mostrando que seria possível pensar em habitações de áreas diferentes, proporcionais ao número de integrantes de cada família, além de um espaço para uma associação comunitária.

Na prática, questões técnicas como o módulo estrutural não eram tão relevantes nas conversas, mas dois aspectos foram fortemente discutidos. O primeiro deles foi a possibilidade de pensarmos em duas propostas, uma no atual terreno, e outra que também considerasse o terreno vizinho, em que há uma possibilidade de incorporação pela prefeitura[8]. Como não havia garantia dessa possibilidade, precisaríamos elaborar duas propostas para negociar com a prefeitura. O segundo aspecto referia-se às unidades habitacionais com

**Quadro 02:** Paralelos traçados entre as duas ocupações. Fonte: elaborado pelos autores.

**Figura 10:** Perspectiva explodida do projeto para a Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

diferentes áreas, que foi prontamente negado, por ser considerado injusto com as famílias. Assim, o que sob o viés técnico parecia mais racional e adequado, na prática era algo indesejado para seus moradores. A figura 10, a seguir, apresenta um dos dois projetos (no



7. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará

8. O processo de negociação do terreno e a possibilidade de sua incorporação foram levantados em reuniões junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor).

terreno atual), em que as unidades têm todos os mesmos tamanhos, e cuja implantação foi elaborada em maquetes durante as oficinas.

O segundo projeto, no centro da cidade, utilizou de base o Centro de Especialidades Médicas José de Alencar (CEMJA), que atualmente encontra-se em estado de abandono, após ser fechado em 2013 para uma reforma. Nesse caso, o objetivo era adaptar a estrutura existente e propor moradias para as famílias que estavam na escola. Não havia muitas informações a respeito dos moradores, que foram levantadas nas próprias oficinas.

Ao longo do processo, sentiu-se a mesma postura com relação a diferentes áreas para as unidades habitacionais: todas as famílias deveriam dispor de unidades iguais. No entanto, a modulação do prédio geraria áreas residuais, que os moradores sugeriram transformá-las em espaços coletivos, escolhidos por eles. Esses espaços poderiam ser bibliotecas, creches para as crianças e espaços de reuniões, por exemplo. Além disso, ao surgir a questão de que uso propor no térreo e a nossa sugestão de pontos comerciais, outro posicionamento por parte dos moradores mudou o projeto: ao invés de pontos comerciais grandes e de alto valor de aluguel, poderíamos propor pequenos quiosques, estruturas para os vendedores ambulantes que hoje estão do lado de fora do edifício, e que não haviam sido considerados em nossa proposta. A seguir, a figura 11 apresenta a proposta final para o CEMJA.

O que se pôde entender das trocas é que não se trata apenas de trocas de experiências e contribuições, mas também de expectativas. Diante do diálogo entre anseios técnicos e anseios de dispor de um bom lugar para morar, muitas questões que nem mesmo haviam sido cogitadas foram incorporadas ao projeto, fazendo dele uma representação menos dos nossos desejos, como arquitetos e urbanistas, e mais das vontades de seus possíveis moradores.

## 5. Pausa

A caminhada relatada aqui tem nesta pausa uma abertura para reflexões, sem a intenção de que consistam em conclusões definitivas, nem mesmo universais. A experiência junto às ocupações fez perceber que manter o olhar atento à cidade pode levantar muitas questões que o exercício projetual, quando isolado, não será capaz de considerar. Não só o olhar, é preciso também estar atento ao que o espaço nos fala, e como as suas diferentes narrativas orientam nossa prática e práticas outras, alternativas frente às políticas hegemônicas e à desigualdade que permeia o espaço urbano.

Frente a todo esse contexto, complexo e dinâmico, a arquitetura se faz apenas um fragmento da cidade (MACIEL, 2017), mas tem uma grande contribuição possível, se priorizar a autonomia das pessoas que são

Figura 11: Perspectiva explodida do projeto para a Ocupação do centro.  
Fonte: MENESES, 2018.

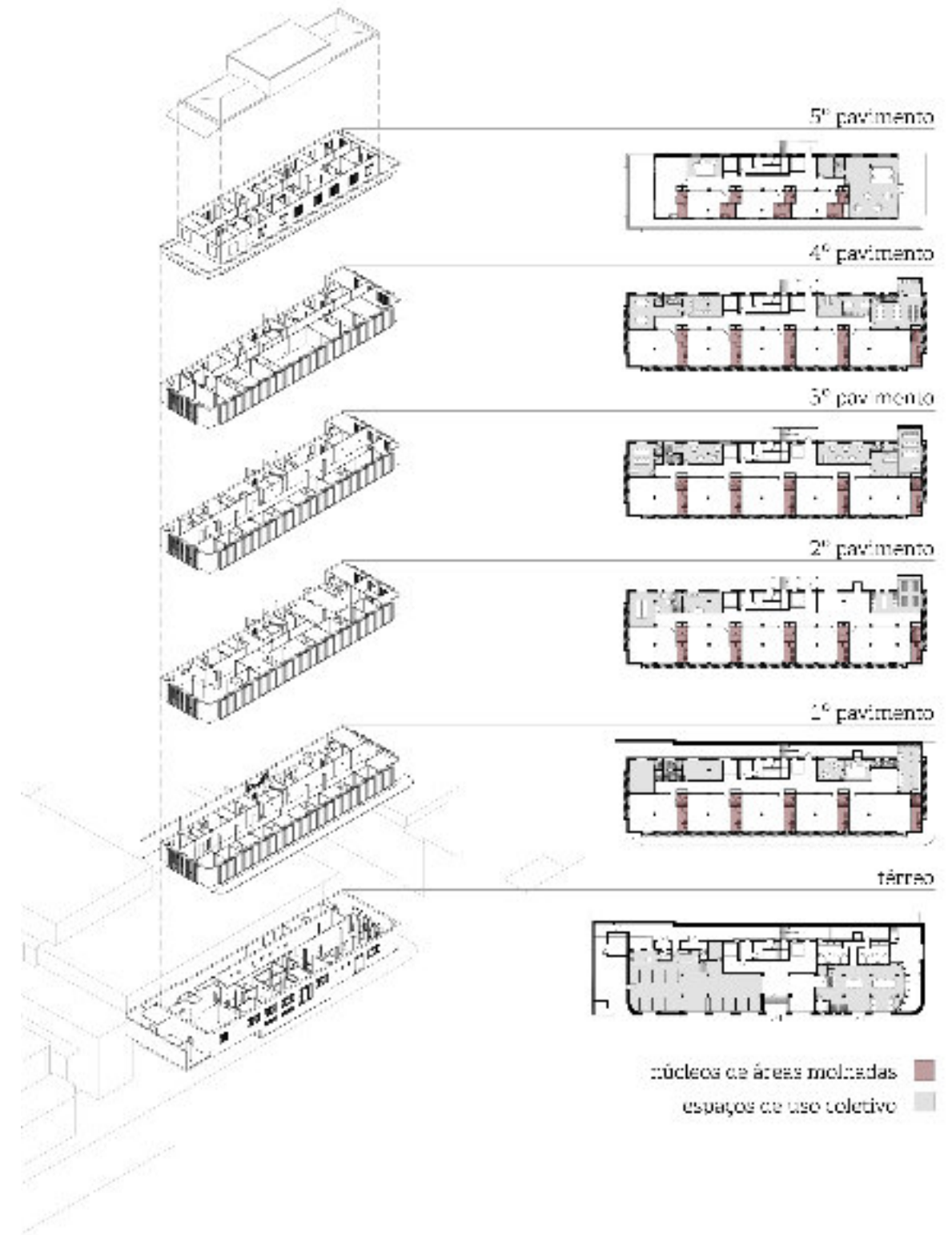


Figura 12: “A cidade são as pessoas” - Intervenção artística do grupo narrativas possíveis na Travessa Quixadá, em Fortaleza. Fonte: MENESES, 2018.



afetadas por sua prática (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008). Sendo assim, o papel da arquitetura e do urbanismo extrapola o caráter tão somente técnico e alcança um cunho político, extremamente potente na promoção de práticas que se contraponham aos processos tradicionais de projeto, caminhando rumo a uma cidade que disponha de poder de fala mais igualitário para seus moradores.

Por fim, propõe-se uma transição da arquitetura e do urbanismo enquanto fim para que sejam compreendidos enquanto meio: seja meio para construção de um processo propositivo aberto a contribuições e a um contínuo aperfeiçoamento; seja meio gerador de discursos e de diálogo entre os diferentes sujeitos de fala.

## Referências

**BALTAZAR**, Ana Paula; **KAPP**, Silke. Assessoria Técnica com Interfaces. In: *IV ENANPARQ*, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

**BRANDÃO LOPES**, Marcela Silvano. Artesanias na cidade autoconstruída In: *Saberes [auto]construídos*. Associação Imagem Comunitária. Belo Horizonte, 2016. p. 31-42.

**FERRARA**, Lucrécia D'aléssio. *Olhar Periférico*. São Paulo: Edusp, 1993.

**JACQUES**, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

**KAPP**, Silke; **BALTAZAR DOS SANTOS**, Ana Paula; **MORADO**, Denise. *Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices*. Field: A free journal for Architecture (Sheffield), v. 2, p.7-29, 2008.

**MACIEL**, Carlos Alberto. Do fim aos princípios. In: PRADO, André Luiz; BRASIL, Alexandre; BUCCI, Ângelo. *Arquitetos Associados*. Belo Horizonte: Miguilim, 2017. p. 172-209.

**MENESES**, Bianca Feijão de. *Arquitetura em processo: por uma abordagem possível*. 2018. Trabalho Final de Graduação - Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

**MENESES**, Vítor Domício de et al. *Planejamento Urbano e Autonomia na Microescala: aproximações para um processo horizontal*. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

**REYES**, Paulo. *Projeto por cenários: O território em foco*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

**RODRIGUES**, Beatriz Andrade. *Urbanidade: o uso do código da forma como alternativa para o Centro de Fortaleza*. 2013. Trabalho Final de Graduação - Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

**ROSA**, Thais Troncon et al. Liminaridades. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpocidade: Gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017. p. 350-381.

**SANTOS**, Boaventura de Sousa. Um Ocidente não-Ocidentalista?: A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina Sa, 2009. p. 445-486.

**SANTOS**, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói; Universidade Federal Fluminense: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

**\*Bianca Feijão de Meneses** é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2018). Arquiteta e urbanista no escritório Certare Engenharia e Consultoria.

**Daniel Ribeiro Cardoso** é Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D).

**Bruno Melo Braga** é Professor Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC. Arquiteto pelo CAU-UFC (2008) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU+D-UFC (2017). Foi professor substituto do DAU+D-UFC (2013-2015), professor do CAU-UNI7 (2016-2017), e, atualmente, é professor efetivo do DAU+D-UFC (desde 2017). Sócio do escritório Rede Arquitetos (desde 2013) e um dos idealizadores do Fórum Jovens Arquitetos Latino-americanos.